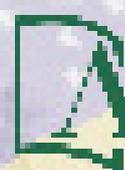


Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8	72
ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922018	
CAPÍTULO 9	83
CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
<i>Renner Coelho Messias Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922019	
CAPÍTULO 10	94
CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL	
<i>Wellington Júnior Jorge</i> <i>Izaque Pereira de Souza</i> <i>Aline Evelin Fabrício Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220110	
CAPÍTULO 11	105
DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS	
<i>Francisco Mesquita de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220111	
CAPÍTULO 12	117
GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA	
<i>Daniel Neto Francisco</i> <i>Carlos Alberto Sarmento do Nascimento</i> <i>Lucimar Ferraz de Andrade Macedo</i> <i>Lamounier Erthal Villela</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220112	
CAPÍTULO 13	130
JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLITICAS PUBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?	
<i>Evânia Maria Oliveira Severiano</i> <i>Maria Luiza Fernandes Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220113	
CAPÍTULO 14	141
LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
<i>Fabrício Brito do Amaral</i> <i>Maria Fernanda Brito do Amara</i> <i>Deusiney Robson de Araujo Farias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220114	

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i>	
<i>Odemir Vieira Baeta</i>	
<i>Theressa Cristina Marques Aquino</i>	
<i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i>	
<i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i>	
<i>Rosimeri Salotto Rocha</i>	
<i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)

Welson de Sousa Cardoso

Universidade Federal do Pará – UFPA
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Faculdade de Serviço Social, Belém/Pará

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Universidade Federal do Pará – UFPA
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Faculdade de Serviço Social, Belém/Pará

RESUMO: Este trabalho é resultado de projeto de pesquisa, intitulado “Indicadores de Avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Urbanização de Assentamentos Precários: a intervenção urbanística na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova em Belém/PA” desenvolvido pelos autores no âmbito do Laboratório de Políticas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM), vinculado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). O objetivo está centrado na elaboração de indicadores para avaliação e monitoramento das metamorfoses na configuração territorial e dos impactos socioeconômicos produzidos pelo referido programa no cotidiano dos moradores afetados.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores sociais, avaliação, políticas públicas.

ABSTRACT: This work is the result of a research project, entitled “Indicators Evaluation

of the Growth Acceleration Program (PAC) Slums of urbanization: the urban intervention in the Hydrographic Basin of New Road in Belém / PA” developed by the authors in the Laboratory political and Social Practices in the Amazon (LABPSAM), linked to the Faculty of Social Service, Federal University of Pará (UFPA). The objective is focused on the development of indicators for evaluation and monitoring of metamorphoses in the territorial configuration and the socioeconomic impacts produced by the program affected the daily lives of residents.

KEYWORDS: Social indicators, evaluation, public policies.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de atividades investigativas constantes do projeto “Indicadores de Avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Urbanização de Assentamentos Precários: a intervenção urbanística na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova em Belém/PA” que vem sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e do Laboratório de Políticas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM), vinculado à Faculdade de Serviço Social, ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Nesse sentido, este trabalho faz parte

de uma proposta mais ampla de observação, investigação e acompanhamento de políticas públicas que impactam áreas urbanas e rurais e mobilizações sociais no conjunto das cidades amazônicas.

O objetivo principal deste trabalho, está centrado na elaboração de indicadores para avaliação e monitoramento das metamorfoses na configuração territorial e dos impactos sociais, econômicos e culturais produzidos pelo PAC Urbanização de Assentamentos Precários na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN) em Belém/Pa, aos moradores atingidos pelo referido programa, ressaltando que os dados aqui apresentados são preliminares resultantes de uma incursão inicial de fontes secundárias, principalmente do Censo Demográfico 2010 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2013 do IBGE.

A constituição da cidade capitalista e suas metamorfoses, observadas no uso e ocupação do solo e seus efeitos sobre as condições de vida de seus cidadãos, compõem os eixos analíticos a serem adotados no processo investigativo, tomando como referência a produção teórica e metodológica acumulada por pensadores clássicos e contemporâneos. Na segunda metade do século XIX, obras emblemáticas sobre as transformações econômicas, políticas e sociais que davam visibilidade ao modo de produção capitalista buscaram demonstrar e explicar a partir do movimento da industrialização nascente na Europa as mudanças provocadas na vida material dos homens em relação ao trabalho, à moradia, à alimentação, ao saneamento de cidades, dentre outras.

No período pós-1945, término da Segunda Guerra Mundial, marco da explosão demográfica nas cidades do mundo inteiro e da planetarização do fenômeno da urbanização, o mundo ao se tornar urbano é tecido por mutações radicais nas práticas econômicas, sociais e políticas das sociedades, sejam elas dos países centrais ou periféricos. Hobsbawm (1997) refere-se a esta processualidade constatando que:

[] A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato" (1997, p. 284). (...) "Quando o campo se esvazia, as cidades se enchem. O mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais fora. Em meados da década de 1980, 42% de sua população era urbana, e, não fosse o peso das enormes populações rurais da China e da Índia, que totalizavam três quartos de camponeses asiáticos, teria sido maioria. (1997, p. 288).

O urbano é, na contemporaneidade, não só um fenômeno que cobre todas as regiões do globo, como também, pela expressão material do processo de alta concentração populacional, constitui o *locus* privilegiado para o desencadeamento de manifestações de massa. Assim, no novo milênio, é a questão urbana que se coloca entre os problemas prioritários, no sentido de se elaborar abordagens e parâmetros teóricos suficientemente capazes de desvendar suas particularidades e múltiplas determinações e encaminhar alternativas de soluções para seu enfrentamento.

Topalov (1993) considera que é "necessária e urgente a ação conjunta entre aqueles que estudam a reestruturação mundial do espaço industrial, comercial e financeiro e os que estudam as políticas municipais" (1993:26). Atendendo a esse pressuposto teórico, a presente proposta pretende desenvolver uma investigação que articule as determinações das dimensões macro e micro que norteiam a execução de políticas urbanas. Frey (1997) demarca que no Brasil, os estudos sobre políticas públicas foram realizados só recentemente, enquanto que nos Estados Unidos o início se deu nos anos 1950 e na Europa nos anos 1970.

Nos estudos brasileiros a ênfase está na análise das estruturas e instituições ou na caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. Deve-se atentar para o fato de que programas ou políticas setoriais foram examinados com respeito a seus efeitos e que esses estudos foram antes de tudo de natureza descritiva, com graus de complexidade teórico-metodológicos bastantes distintos. Predominam micro abordagens contextualizadas, porém dissociadas dos macros processos ou ainda restritas a um único *approach* e limitadas no tempo. Normalmente, tais estudos carecem de um embasamento teórico que deve ser considerado um pressuposto para que se possa chegar a um maior grau de generalização dos resultados adquiridos, essa lacuna teórica acaba comprometendo em grande medida, análises mais acuradas destes processos, tanto de implementação como avaliação de programas de políticas setoriais.

2 | INDICADORES

O conceito de indicadores pouco varia de um autor para outro, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização internacional com reconhecidas e adotadas publicações sobre o assunto, define indicadores como, “[. . .] uma série de dados definidos para responder perguntas sobre um fenômeno ou um sistema dado”. (OCDE, 2001).

A International Standart Organization (ISO), que avalia a qualidade de determinados processos e ações de empresas, preconiza que indicadores são: “Expressão (numérica, simbólica ou verbal) empregada para caracterizar as atividades (eventos, objetos, pessoas), em termos quantitativos e qualitativos, com o objetivo de determinar o valor” (ISO, 1998, p. 3).

Do ponto de vista científico, em geral, os pesquisadores consideram que os indicadores constituem parâmetros quantitativos ou qualitativos que servem para detalhar se os objetivos de uma proposta estão sendo bem conduzidos (avaliação de processo) ou foram alcançados (avaliação de resultados). Como uma espécie de sinalizadores da realidade, a maioria dos indicadores dá ênfase ao sentido de medida e balizamento de processos de construção da realidade ou de elaboração de investigações avaliativas (JANNUZZI, 2001).

Observa-se que os conceitos apresentados revelam elementos como parâmetros, dados, qualitativo e quantitativo que nos leva a perceber que indicadores são unidades que permitem medir, mensurar se a realidade de um determinado fenômeno se estabelece, isto é, seus objetivos estão sendo alcançados, as mudanças previstas estão se concretizando de maneira efetiva.

A verificação de elementos quantitativos e qualitativos por meio de medições constitui a essência dos indicadores, que de outro lado, também possibilitam conhecer melhor os avanços em termos de resultados ou de impactos. Um indicador é, portanto, uma ferramenta de mensuração, utilizada para levantar aspectos quantitativos e/ou qualitativos de um dado fenômeno, com vistas à avaliação e a subsidiar a tomada de decisão.

Indicador Social, segundo Jannuzzi, (2006) é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

3 | INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Os indicadores são importantes instrumentos gerenciais para a gestão pública, não somente como mecanismos de controle da ação governamental, mas também como ferramentas fundamentais para a avaliação e o redirecionamento das políticas públicas. Eles tem a capacidade de estimar o grau de deficiência de diversos segmentos da realidade social de uma coletividade desvelando a situação de carência em que estão submetidos as frações da classe trabalhadora nos grandes centros urbanos. Estes instrumentos possibilitam também o acompanhamento das ações do Estado por parte da sociedade, constituindo-se como elementos técnicos embaixadores do processo de fiscalização das ações governamentais pela população em geral.

Os indicadores comparativos permitem o acompanhamento e avaliação das mudanças da qualidade de vida nas cidades em períodos distintos no mesmo território e possibilitando a comparação dos níveis de desenvolvimento em diferentes municípios em iguais períodos, ou ainda, determinadas características com similitudes em diferentes projetos de intervenção urbanísticas em um mesmo ou em vários centros urbanos, com perfis semelhantes.

Outro aspecto importante na finalidade dos indicadores de avaliação e monitoramento é a democratização das informações sobre a realidade social por meio da criação de um canal de diálogo entre o governo e a população com vistas à possibilitar a transparência da gestão pública, dando materialidade ao cumprimento das exigências da legislação que tem avançado na criação de mecanismos de controle e de aferição de resultados dos diversos programas e projetos com fins de avaliar

a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas objetivando a melhoria da qualidade de vida da população.

4 | O PROGRAMA PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA □ BELÉM/PA.

Em Belém são poucas as análises e avaliações de políticas públicas voltadas para os fenômenos provocados pela urbanização. Essa cidade que faz parte da Região Metropolitana de Belém (RMB) possui uma população de 1.393.399 habitantes (Censo demográfico de 2010). A RMB criada na década de 1970 chega em 2010 com 2.275.032 habitantes distribuídos em 7 (sete) municípios, conforme Tabela 1.

MUNICÍPIO	População				
	Urbana	%	Rural	%	Total
Ananindeua	470.819	99,8	1.161	0,2	471.980
Belém	1.381.475	99,1	11.924	0,9	1.393.399
Benevides	28.912	56,0	22.739	44,0	51.651
Castanhal	153.378	88,6	19.771	11,4	173.149
Marituba	107.123	99,0	1.123	1,0	108.246
Santa Bárbara do Pará	5.458	31,8	11.683	68,2	17.141
Santa Isabel do Pará	43.000	72,3	16.466	27,7	59.466
Total	2.190.165	96,3	84.867	3,7	2.275.032

TABELA 1: População dos municípios da Região Metropolitana de Belém - RMB

Fonte: Censo Demográfico 2010 - Elaboração Própria

Contraditoriamente a população total do município está concentrada em uma área territorial de 1.059km², apresentando uma alta densidade demográfica, em torno de 1.315,77hab/km². A população pobre começou a ocupação territorial pelas áreas localizadas em cotas abaixo do nível do mar, sem infraestrutura urbana, porém próxima aos bairros centrais da cidade, fenômeno intensificado até os dias atuais.

O processo de periferização em Belém acentua-se e é evidenciado pela construção de conjuntos habitacionais e pelo crescimento de ocupações de novas áreas de forma irregular em relação à situação fundiária. Nesse período, a mobilização e organização dos agentes sociais foram intensificadas para a permanência das famílias nas áreas já ocupadas. Esse processo consolida o vetor de expansão da malha urbana para além da Primeira Léguas Patrimonial, em direção ao norte da cidade, atingindo um novo eixo constituído pela Avenida Pedro Álvares Cabral, Avenida Augusto Montenegro, Estrada dos 40 Horas, Rodovia do Coqueiro e Rodovia BR 316, acompanhando a implantação dos conjuntos habitacionais de baixa renda nestas áreas (IPEA, 1997:52).

Nesse sentido, os estratos sociais de renda mais elevada encontram-se nos bairros do Comércio, do Reduto, de Nazaré e de Batista Campos, bem como partes expressivas dos bairros da Cidade Velha, do Umarizal e do Marco. Os estratos

considerados médios apresentam forte tendência locacional linearizada, situada ao longo da Avenida Augusto Montenegro, ficando o nível mais baixo do gradiente de renda posicionado, tanto nas baixadas e na periferia continental mais distante, incluindo-se os núcleos urbanos do Distrito de Icoaraci, das Ilhas de Outeiro, Mosqueiro e Cotijuba (PEMAS, 2001).

Como forma de fazer o enfrentamento às diversidades presentes nas áreas urbanas, o governo brasileiro, editou dois importantes programas de cunho econômico e social: O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida. O PAC e o programa Minha Casa Minha vida foram lançados pelo governo federal em 2008 e 2009, respectivamente. O PAC foi lançado pelo governo federal em janeiro de 2007, com o objetivo de promover diversas ações de infra-estrutura em todo o país. No Pará, o programa deu início em 2008, recebendo quase R\$ 1 bilhão do PAC Urbanização e Saneamento. Ao todo foram contemplados 29 projetos executados pelo governo do Estado, através da Companhia de Habitação do Pará (Cohab), Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) e Secretaria Executiva de Estado de Integração e Desenvolvimento Urbano (Seidurb), em Belém, Ananindeua, Marituba, Castanhal, Santarém, Bagre, Marabá e Nova Esperança do Piriá, com previsão de

[...] Construção e reforma de mais de 4 mil moradias, além de urbanização e iluminação de áreas públicas, construção de redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, regularização fundiária e execução de projetos sociais de educação sanitária e ambiental, com a participação da comunidade” (NDA – Notícias da Amazônia, 2008).

Para Belém o governo federal assinou dois contratos de financiamento com a Prefeitura para a realização de obras na Bacia Estrada Nova, prevendo a retirada de famílias que vivem em palafitas ao longo do Rio Guamá. O contrato previu ainda a construção de 1,2 mil unidades habitacionais de 42 metros quadrados, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, além da implantação de redes de água, esgoto, energia elétrica e iluminação pública. De acordo com os representantes do poder público municipal, estadual e federal,

[...] O PAC vai evitar que os canais transbordem na época das chuvas, entre dezembro e março, o que inunda as casas e espalha lixo para as ruas”, afirma o ministro. Os dois projetos representam investimento de R\$ 121,1 milhões, dos quais R\$ 115 serão financiados pelo Governo Federal (BRASIL, 2008).

Para os pesquisadores da área esses programas ainda estão longe de se constituírem em ações capazes de reverterem o quadro de exclusão da maioria da população que não tem acesso à moradia. Para alguns, inclusive o programa Minha Casa Minha Vida é pior que os investimentos feitos pelo extinto BNH. Para Virissimo (2011),

[...] Já está no nome do programa, é só direito à casa e lá na periferia. É pior

que o BNH dos militares que previa a remoção de pobres para a periferia, mas tinha a idéia de indústrias no entorno, quarteirões de comércio. [...] Em termos comparativos, o programa para produção empresarial acessou R\$38 bilhões enquanto o programa para produção associativa por autogestão teve acesso a R\$800 milhões. [...] A gravidade deste programa é porque está produzindo cidades de uma desigualdade escandalosa. A qualidade das construções é péssima, já tem coisas quebradas, tomadas que não funcionam, piscina que afunda e vaza, botijão de gás dentro da sala, o que é completamente ilegal. Isso tudo já com habite-se. [...] A política habitacional do governo federal, que acaba redirecionando famílias pobres para locais periféricos, sem infraestrutura, gerando processos de segregação residencial (VIRISSIMO, 2011).

Desse modo, verificou-se com a pesquisa, dentre outras questões, até que ponto a sistemática adotada pelo PAC se diferencia da lógica histórica de política urbana que sempre favoreceu as frações do capital relacionadas aos problemas das cidades. Pretendeu-se, assim, ampliar a base de informações, em particular na identificação e análise de indicadores considerando as dimensões social, econômica e cultural, com vistas à implementação de obras financiadas pelo programa PAC Urbanização de Assentamentos Precários vinculados à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades tendo como universo de estudo as intervenções na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova no município de Belém/PA, para tanto, buscou-se trabalhar os dados empíricos fazendo um recorte com os bairros que compõem a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, quais sejam, Cidade Velha, Condor, Cremação, Guamá e Jurunas.

Bairros da BHEN	Domicílios	Moradores	Média de M/D
Cidade Velha	3.086	12.110	3,93
Condor	10.414	42.688	4,10
Cremação	8.324	31.228	3,76
Guamá	23.402	94.415	4,04
Jurunas	15.886	64.448	4,06
Total	61.112	244.889	3,77

TABELA 2: Domicílios Particulares Permanentes, moradores e média de moradores por domicílio nos bairros que compõem a BHEN

Fonte: Censo Demográfico 2010 - Elaboração Própria

A Tabela 2, demonstra que os cinco bairros que compõem a BHEN possuem 61.112 domicílios que se concentram na sua maioria, no bairro do Guamá com 38% seguidos do Jurunas com 26% e condor com 17% dos domicílios, o número de moradores é expressivo nos bairros do Guamá 38,6% e Jurunas 26,3% do total dos moradores dos cinco bairros em análise e que constituem os bairros mais populosos de Belém. No conjunto dos bairros da BHEN, o total de moradores representam 17,6% dos moradores da cidade e o número de domicílios 16,6% dos domicílios da cidade, sendo a média de moradores por domicílios em torno de 4 habitantes por domicílio.

Estes indicadores sugerem que existe uma grande concentração de pessoas e

domicílios nestes bairros configurando um adensamento considerável na área da BHEN, gerando uma demanda de investimentos e serviços públicos de grande magnitude para o poder público, e este por sua vez, não consegue suprir as necessidades desta população na medida adequada que venha alcançar patamares razoáveis de qualidade de vida.

Em relação à situação de renda, a tabela 3 demonstra a distribuição de rendimento mensal domiciliar *percapita* por estratos de classes de renda dos bairros que compõem a BHEN, possibilitando uma interpretação das condições de moradia das frações de classe da população residente nos domicílios localizados nos bairros que compõem esse território.

Classes de Renda	C. Velha	Condor	Cremação	Guamá	Jurunas	Total BHEN	%
Sem rendimento	90	519	373	1.297	646	2.925	4,8
Até 1/4 de salário mínimo	80	1.042	406	2.707	1.490	5.725	9,4
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	251	2.583	1.163	5.840	3.575	13.412	22,0
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	661	3.602	2.212	7.420	5.192	19.087	31,3
Mais de 1 a 2 salários mínimos	782	1.790	1.735	3.750	2.759	10.816	17,7
Mais de 2 a 3 salários mínimos	432	482	719	1.023	852	3.508	5,7
Mais de 3 a 5 salários mínimos	436	258	725	767	669	2.855	4,7
Mais de 5 salários mínimos	350	130	979	589	689	2.737	4,5
Total	3082	10406	8312	23393	15872	61065	100,0

TABELA 3: Distribuição dos Domicílios dos da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, segundo Bairro e Classes de Rendimento

Fonte: Censo Demográfico 2010 - Elaboração Própria

Desse modo, os dados da Tabela 3 mostram a precariedade das condições de renda da população residente nos domicílios da BHEN, posto que, 67,5% dos domicílios auferem renda de zero a um salário mínimo *percapita*. Ao se aproximar a lente de análise, os números desvelam maior precariedade nas condições de vida, quando apontam que 36,2%, isto é, mais de um terço dos domicílios auferem renda *percapita* de zero a meio salário mínimo. Considerando o estrato de zero a três salários mínimos este percentual sobe para 90,9%, o que mostra que a maioria dos domicílios da área é constituído de pessoas de baixa renda.

Tipo de domicílio	Cidade Velha	Condor	Cremação	Guamá	Jurunas	Total	Belém	%
Total	3.082	10.406	8.312	23.395	15.872	61.067	368.877	16,6
Casa	2.293	8.820	5.626	19.552	11.966	48.257	294.491	16,4
Casa de vila ou em condomínio	307	1.077	917	2.802	2.480	7.583	30.993	24,5
Apartamento	472	320	1.567	979	1.301	4.639	40.912	11,3
Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco	10	189	202	62	125	588	2.481	23,7

TABELA 4: Tipos de Domicílios dos da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, segundo Bairro

Fonte: Censo Demográfico 2010 - Elaboração Própria

Na tabela 4 verifica-se a tipologia dos domicílios existentes nos bairros que compõem a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova e um comparativo com o município de Belém como um todo, onde se pode aduzir que, em maior parte, 79% dos domicílios são casas, seguidos de 12,4% casa de vila ou em condomínio e 7,6% são apartamentos.

Ao comparar-se com os percentuais da tipologia dos domicílios do município como um todo os números são aproximados no que se refere às casas com uma pequena discrepância em relação às casas de vila ou condomínio e apartamentos, que são respectivamente, 79,8%, 8,4% e 11,1%.

Na última coluna a tabela mostra os indicadores com a proporcionalidade da tipologia dos domicílios da área de estudo em relação ao município de Belém, com destaque para as casas de vila praticamente um quarto das vilas de Belém se localiza nesta região, isto é, 24,5%, assim como, as habitações em casa de cômodos, cortiços ou cabeças de porco do município de Belém 23,7% encontram-se nos bairros que compõem a BHEN, o que revela tratar-se de uma região com considerável adensamento e precariedade habitacional.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das grandes dificuldades atuais no acompanhamento de implementação de políticas públicas e programas públicos específicos é exatamente dispor de informações periódicas, regulares e específicas acerca do processo de sua implementação, bem como do alcance dos seus resultados e da efetividade social que tais programas trazem para as comunidades beneficiadas. É precisamente na avaliação de efetividade que a distinção entre avaliação e análise torna-se mais clara e necessária devido à necessidade de demonstrar que os resultados encontrados na realidade social estão casualmente relacionados àquela política particular (Arretche, 2006).

Neste sentido, nas avaliações de efetividade, a maior dificuldade metodológica

consiste em demonstrar que os resultados encontrados, sejam no sentido do sucesso ou do fracasso, estão causalmente relacionados aos produtos oferecidos por uma dada política sob análise. Por esta razão estudos confiáveis sobre efetividades dos programas são de difícil implementação, dada as dificuldades dos gestores de conseguir recursos orçamentários para tais pesquisas. Com isto, o gestor de programas sociais defronta-se com a dificuldade de obter dados válidos, específicos e regulares para seus propósitos de acompanhamento de tais políticas.

As informações produzidas pelas agências estatísticas são, em muitas das vezes, pouco específicas para os propósitos de monitoramento de programas, não provendo informação na escala territorial desejada ou na regularidade necessária, contudo, elas podem-se prestar à elaboração de diagnósticos bastante detalhados em escopo e escala, como no caso das informações provenientes dos censos demográficos e pesquisas por amostras de domicílios, no caso as PNAD's.

De outro lado, as informações produzidas no âmbito dos ministérios e das secretarias estaduais e municipais podem também suprir boa parte da demanda de dados para a construção de indicadores periódicos de monitoramento, requerendo, contudo, algum “retrabalho” de “customização” em função das necessidades de delimitação territorial dos programas, desde que exista um código de localização da escola, do posto de saúde, da delegacia, etc. De qualquer forma, as estatísticas e os dados do IBGE e de outros órgãos públicos dificilmente atenderão todas as necessidades informacionais requeridas para o monitoramento e a avaliação de programas públicos mais específicos.

Assim, é necessário, quando da formulação desses programas, prever a organização de procedimentos de coleta e tratamento de informações específicas e confiáveis em todas as fases do ciclo de implementação, que possam permitir a construção dos indicadores de monitoramento desejados, de modo à auxiliar a abordagem qualitativa do monitoramento do programa, no sentido de que o estudo das múltiplas dimensões dos impactos aos quais estão submetidas as famílias beneficiárias do PAC-Urbanização de Assentamentos Precários são consideradas importantes na compreensão da práxis social com que se engendra o processo de urbanização dos assentamentos precários na cidade capitalista e seus impactos na realidade de seus cidadãos, com o objetivo da aferição da expectativa das políticas implementadas reduzam os brutais índices de pobreza, desigualdades e exclusão social existentes em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **A agenda institucional**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 22, N. 64. Jun. 2007. P. 143-151.

BRASIL. **Começam obras do PAC no Pará**. Brasília: Ministério das Cidades, 30/05/2008.

- CANO, I. **Avaliação de programas sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Avaliação de políticas e programas sociais**. UNICAMP – NEPP (Caderno de Pesquisa 12), 1989.
- FIORI, J. L. **Sobre o Poder Global**. Novos Estudos CEBRAP, 73:61-72 (NOV.), 2005.
- FREY, Klaus. **Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à Prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas. N. 21- Jun. 2000. P. 211-259.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos - o breve século XX - 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- IBGE, **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br, Acessado em: 10 de novembro de 2014.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. 3ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- _____. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Alternatives à lamondialisation. L'institution municipale, médiation entre léntreprise e lasociété. Conferência proferida no Iº Colóquio Nacional sobre "Poder local, políticas urbanas e Serviço Social", (LOCUSS), realizado em Angra dos Reis/RJ, em junho de 1997 (mimeo).**
- _____. **O tabu da gestão: a cultura sindical entre contestação e proposição**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- PARÁ. **Pará: obras do PAC iniciam em Belém, Castanhal e Ananindeua**. Notícias da Amazônia, Belém: [HTTP//WWW.cohab. PA. gov. br. ,](http://WWW.cohab.PA.gov.br) 2008.
- PARÁ. **Audiência na comunidade "Fé em Deus" é marcada pela participação. PAC urbanização e saneamento**, Belém: Agência Pará, 2008.
- PRETECEILLE, Edmond. **Division sociale de l'espace et globalisation. Le cas de la métropole parisienne**". In: Societé contemporaine. No.22/23, juin/sept., 1995.
- RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 4ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2006.
- SCHADER, Achim. **Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajustes Neoliberal e desajustes Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. P. 25-152.
- TOPALOV, Christian. **Le profit, la rente et la ville – éléments de théorie**. Paris: Economica, 1984.
- _____. **Le logement en France. Histoire d'unemarchandise impossible**, Paris: PUF, 1987.
- _____. **O encontro com o local**. In: Fischer, Tânia (Organização e Coordenação). **Poder local, governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

